

A CORTE DOS REIS DO CONGO E OS MARACATUS DO RECIFE

Leonardo Dantas SILVA

O *maracatu*, da forma hoje conhecida, tem suas origens na instituição dos Reis Negros, já registrada na França e em Espanha, no século XV, e em Portugal, no século XVI. Em Pernambuco registramos a presença de coroações dos soberanos do Congo e de Angola a partir de 10 de setembro de 1666, segundo transcrição de Pereira da Costa citando o testemunho de Urbain Souchou de Rennefort, *in Memoires pour servir a L'Histoire des Indes Orientales* etc., publicado em Paris 1688.

*Apesar do duro cativo em que vivem, os negros não deixam de se divertirem algumas vezes. No domingo 10 de setembro de 1666, teve lugar a sua festa em Pernambuco. Depois de terem ido à missa, em número de cerca de quatrocentos homens e cem mulheres, elegeram um rei e uma rainha; marcharam pelas ruas cantando e recitando versos por eles improvisados, precedidos de atabaques, trombetas e pandeiros. Vestiam as roupas de seus senhores e senhoras, trazendo correntes de ouro e brincos de ouro e pérolas; alguns estavam mascarados. Os gastos da cerimônia lhes custaram cem escudos. Durante toda a semana, o rei e os seus oficiais não fizeram outras coisa senão passearem gravemente pelas ruas, de espada e punhal ao cinto.*¹

1. A informação é transcrita in COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos* (Coleção Pernambucana 2ª fase, vol. 10) p. 408. Segundo Rubens Borba de Moraes, in *Bibliographia Brasileira*, Amsterdam, 1958, vol. II, p. 270, a informação bibliográfica da obra teve outra edição: Souchou de Rennefort, *Histoire des Indes Orientales*, Paris 1688, estando a descrição de Pernambuco contida na segunda parte.

As coroações de reis e rainhas de Angola na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio do Recife, por sua vez, são documentadas a partir de 1674.² Das nações dos negros, era do Congo a que mais se destacava dentro das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito, cuja função não era tão-somente cerimonial, como deixa entender a descrição de alguns viajantes, mas um encargo administrativo, do interesse do Governador da Capitania e do bem público, com a função de “inspecionar e manter a ordem e subordinação entre os pretos que lhe forem sujeitos”, conforme o *Diário de Pernambuco*, 20 de setembro de 1848:

Publicação a pedido – O Dr. Antônio Henrique de Miranda, juiz de direito e chefe de polícia nesta cidade de Recife de Pernambuco, por S. M. I. e C. o senhor D. Pedro II, que Deus guarde, etc. Faço saber que, tendo-me requerido o preto liberto Antônio de Oliveira a confirmação da nomeação que tivera para rei de Congo dos pretos desta cidade, e havendo provado com o termo da dita nomeação ser verdade o expedito em sua petição; depois de haver obtido as informações necessárias a respeito de sua conduta, hei por bem confirmar a indicada nomeação, segundo o antigo costume desta cidade, ficando o referido rei de Congo obrigado a inspecionar e manter a ordem e subordinação entre os pretos que lhe forem sujeitos, pelo que lhe mandei passar o presente título, para poder exercer o lugar para que foi nomeado. Dada e passada nesta secretaria de polícia de Pernambuco aos 14 dias do mês de setembro de 1848. Eu Aprígio José da Silva, 1º amanuense da secretaria de polícia, o escrevi. Antônio Henrique de Miranda.

2. SILVA, Leonardo Dantas. *Alguns documentos para a história da escravidão*. Recife: Editora Massangana, 1988. SILVA, Leonardo Dantas. “A instituição do Rei do Congo e sua presença nos maracatus”, in *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988, 303 p. il. (Série Abolição, vol. 17). pp. 15-56.

No Recife os cortejos dos Reis Negros vieram a ser transformados no maracatu, cujo vocábulo aparece na imprensa a partir do final da primeira metade do século XIX, para denominar os ajuntamentos de negros, como por ocasião da fuga da escrava Catarina, anotada por José Antônio Gonçalves de Mello em consulta à edição do *Diário de Pernambuco* de 1º de julho de 1845:

Em o dia 2ª feira do Espírito Santo do ano próximo passado, fugiu a preta Catarina, de nação Angola, ladina, alta, bastante seca de corpo, seio pequeno, cor muito preta, bem feita de rosto, olhos grandes e vermelhos, com todos os dentes da frente, pés grandes metidos para dentro, muito conversadeira e risonha, de idade de 22 anos; tem sido encontrada na Estrada da Nova da Passagem da Madalena e no Aterro dos Afogados, vendendo verduras e aos domingos no maracatu dos coqueiros do dito aterro, e há notícia de ser o seu coito certo a matriz de Várzea; cuja escrava pertence a Manoel Francisco da Silva, morador na Rua Estreita do Rosário, 10, 3º andar, ou em seu sítio em Santo Amaro, junto à igreja, o qual gratificará generosamente a quem lh'a apresentar.

Na sessão extraordinária da Câmara Municipal do Recife de 28 de abril de 1851, foi oficiado ao desembargador Chefe de Polícia “uma petição do preto africano Antônio Oliveira, intitulado *Rei do Congo*, queixando-se de outro que, sem lhe prestar obediência, tem reunido os de nação para folguedos públicos, a fim de que o mesmo desembargador providenciasse em sentido de desaparecer semelhantes reuniões, chamadas vulgarmente de *maracatus*, pelas conseqüências desagradáveis que delas podem resultar” (*Diário de Pernambuco*, 27.5. 1851).

O folguedo do *maracatu*, semelhante aos bailes e batuques organizados pelos pretos de Angola ao tempo do governador José César de Menezes (1774-1778), objeto de denúncia à Inquisição de Lisboa por parte dos frades capuchinhos da Penha ³, foi sem-

3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT (Portugal), Cartório da Inquisição nº4740.

pre alvo de censuras por parte das classes dominantes e de perseguição policial; segundo registra o mesmo jornal em sua edição de 11 de novembro de 1856 ao tratar do *maracatu* da praça da Boa Vista:

No domingo, os pretinhos do Rosário, talvez avezados, quiseram apresentar na Praça da Boa Vista o seu maracatu; a polícia, porém, dispersou-os, não porque julgasse que aquele inocente divertimento era atentatório à ordem pública, mas porque do maracatu passariam à bebedeira, e daí aos distúrbios como sempre acontece; obrou-se muito bem.

Até então, os cortejos dos reis negros eram geralmente anotados pela imprensa, quando das festas de Nossa Senhora dos Prazeres e nas de Nossa Senhora do Rosário de Santo Antônio, como descreve o *Diário de Pernambuco* em sua edição de 20 de outubro de 1851, sem a denominação de *maracatus*.

Nos anos setenta do século XIX é descrita a presença desses cortejos de reis negros durante o Carnaval, como noticia o *Diário de Pernambuco* sem sua edição de 10 de fevereiro de 1972, ainda sem a denominação de *maracatus*.

No dia 11 do corrente sairá da Rua de Santa Rita Velha [bairro de São José] a nação velha de Cambinda, a qual vai em direitura à Rua das Calçadas buscar a sua rainha, e depois percorrerá diversas ruas, e às 3 horas se achará em frente à igreja do Rosário [de Santo Antônio] onde se, soltarão algumas girândolas de fogo e uma salva de 21 tiros; dali seguirá para o Recife e na Rua do Bom Jesus voltará com a vice-rainha de sua nação.

O *maracatu* era considerado então a reunião de negros, um o batuque, na acepção de “dança africana ao estrépito de instrumentos de percussão” (Pereira da Costa), mas *não o cortejo real*, este sim chamado de *nação*, que levava às ruas a corte dos reis negros, como

faz ver o extenso editorial do mesmo jornal, publicado em 18 de maio de 1880:

Há tempos que indicamos um maracatu que costuma reunir-se quase no extremo norte do Cais do Apolo, na freguesia de S. Pedro Gonçalves do Recife; hoje temos notícia exata de dois outros, dos quais os vizinhos têm as mais cruéis recordações. Juntam-se estes na freguesia da Boa Vista, um na Rua do Giriquiti, outro na Rua do Atalho. Neste último, anteontem, houve uma grande assuada e barulho, chegando a aparecer diversas facas de ponta. Felizmente, não se deram ferimentos, mas não esteve longe de assim acontecer. Urge, repetimos, providenciar em ordem a que cessem, desapareçam tão selvagens instrumentos, e o Sr. Dr. Chefe de Policia, que volveu suas vistas contra as casas de tavolagem, deve também dirigir sua atenção para os maracatus.

O *maracatu*, na verdade, era tão somente o batuque dos negros; um ajuntamento, com localização fixa em determinado bairro da cidade. O cortejo real, como no caso anteriormente citado da “*nação velha de Cambinda*”, não parece ser a mesma coisa. A conclusão é reforçada pelo depoimento do carnavalesco João Batista de Jesus, “Seu Veludinho” do *maracatu* Leão Coroado, que segundo a tradição faleceu com 110 anos, prestado à pesquisadora Katarina Real em janeiro de 1966.⁴

Maracatu nem tinha o nome de maracatu. O nome era nação. Uma “nação” mandava ofício para outro “estado”. Surgiu essa palavra pelos homens grandes... quando ouviram os baques dos bombos, chamaram “aquele maracatu”!

4. REAL, Katarina. *O folclore no Carnaval do Recife*. 2. ed. Editora Massangana, 1990. p. 184.

O CORTEJO DOS REIS NEGROS

Os cortejos do Reis do Congo e das demais nações africanas tiveram suas presenças registradas nas festas de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e nas de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes como notícia o *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 20 de outubro de 1851: “No dia 12 do corrente, os pretos fizeram a sua festa de Nossa Senhora do Rosário, no bairro de Santo Antônio, percorrendo à tarde algumas ruas da cidade, *divididos em nações, cada uma das quais tinha à frente o seu rei acobertado por uma grande umbela ou chapéu-de-sol de variadas cores*. Tudo desta vez se passou em boa paz e sossego, porquanto a polícia, além de ter responsabilizado, segundo nos consta, o soberano universal de todas as nações africanas aqui existentes [Rei do Congo], por qualquer distúrbio que aparecesse em seus ajuntamentos, não deixou por isso de vigiá-los cuidadosamente”. (grifo nosso).

A presença dos maracatus é também uma constante nas festas em honra de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, em que a gente pernambucana comemora as vitórias alcançadas contra os exércitos holandeses e a Restauração Pernambucana, conquistada em 27 de janeiro de 1654.

Sobre o assunto o padre Lino do Monte Carmelo Luna (1821-1874), em conferência pronunciada no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 3 de setembro de 1868, nos dá um singular testemunho chamando a atenção para o grande número de pretos, boçais ou de nações, que afluíam ao morro da Ferradura e comemoravam de forma burlesca a festa da libertação:

O prazer, de que acha embriagada essa onda de pretos ignorantes, como que impelidos por uma força para eles desconhecida, assaz se manifesta nesses dias, pelos continuados maracatus e outras danças burlescas da sua nação, as quais eles executam em passeios agitados ao redor da igreja, alvorados de bandeiras, e tudo acompanhado de incessantes tiros de pistolas e clavinhas! Pode-se dizer que esses pretos trazem-nos anualmente, com seus maracatus e tiros, a lembrança dos grandes combates havidos com os holandeses naqueles mesmos montes!

Esses cortejos de negros não aconteciam tão-somente quando das festas do Rosário e Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, mas em certos momentos de alegria e regozijo da gente de cor, a exemplo do embarque de negros libertos de retorno para a África, segundo se depreende do comentário do *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 13 de junho de 1856:

Embarcou para a costa da África, com escala na Bahia, um grande número de africanos livres, que há muito viviam entre nós negociando. Foi um embarque burlesco, como tudo dessa gente, e nem nunca vimos tão grande número de casacas velhas e esquisitas. Para mais de trezentos percorreram as ruas processionalmente com os embarcandos, dançando, pulando, fazendo momices e trejeitos. Esse são daqueles que entravam em bandos por nossas ruas de tanguinhas encarnadas e cabeças rapadas, negociavam por todo nosso litoral com ovos, peixes, cocos e outras frutas e hoje, possuindo não pequena fortuna, cada um deles retira-se para sua Pátria – pobre gente!

Na edição do Jornal do Recife, de 1º de setembro de 1873, está registrado outro desses embarques:

Para Angola – Na barca portuguesa Vencedora, saída ontem para Lisboa, foram de passagem 40 pretos livres, entre homens, mulheres e crianças, que dali seguirão para Angola. Esta caravana foi acompanhada até a bordo por quase toda a colônia, que dançava de contentamento, por ver aqueles tornarem à terra natal e animada pela esperança de que cada um chegará a sua vez. Santo Amor da pátria.

Os reis negros, em especial o Rei do Congo que possuía uma hierarquia própria sobre os membros das demais nações africanas aqui residentes, compareciam às festas religiosas protegidos pela umbela, um grande pálido redondo de várias cores, ladeado por dignitários de suas respectivas cortes, sendo o cortejo aberto pela bandeira da nação, juntamente com outras bandeiras arvoradas, e acompanhada

dos por instrumentos de percussão, nem sempre ao gosto da população branca, como se depreende na observação do Padre Carapuceiro: “Alguns desses *chapelórios* ainda há poucos anos apareciam nos batuques dos pretos em dias de Nossa Senhora do Rosário, cobrindo o figurão chamado de rei dos congos” (*Diário de Pernambuco*, 15.3.1843).

O grande guarda-sol colorido sob o qual vinha amparado o rei de cada nação, como observado pelo Padre Carapuceiro, no seu artigo publicado de 15 de março de 1843, era denominado *cumbi* pelos africanos; vocábulo que na língua Kimbundu quer dizer sol. Inicialmente pensou-se que esta grande umbela havia sido transplantada do cerimonial da igreja católica, onde é utilizada como proteção ao *Santo Viático*, quando de sua saída às ruas, conforme bem retratou Emil Bauch em uma de suas cromolitografias tomadas da calçada da igreja matriz da Boa Vista, no Recife (c1852).

Acontece que o *cumbi* tem sua origem africana, como registra o escritor Olfert Dapper, célebre pelas suas narrativas de viagens, que aponta uso do *cumbi* pelos reis africanos no seu livro *Nauwkaurine Beschrijving der Afrikaansche gewesten* [Minuciosa descrição das regiões africanas], publicado em Amsterdam (1668), depois traduzido para o francês sob o título *Description de l’Afrique* (Amsterdam: Boom & van Someren, 1686). Recentemente na contracapa do livro *Africa – History of a continent*, de Basil Davidson (Londres: Spring Books, 1978), aparece uma gravura do livro de Boewdich, *Mission from Cape Coast to Ashantee* (1819), onde os sobas negros comparecem à festa do inhame amparados pelos respectivos *cumbis*, cada qual encimado por figura de seu animal protetor (tigre, serpente, galo e elefante), sendo seguidos dos seus séquitos trazendo instrumentos de percussão, buzinas, bandeiras, lanças, tudo bem de acordo com o desfile dos nossos maracatus; segundo cópias que me foram cedidas pelo historiador José Ramos Tinhorão.

Ainda na mesma obra é registrado o séquito do rei negro Nana Owusu Sampa III, carregado em seu trono, por ocasião da festa do inhame promovida pelos ashantes em 5 de dezembro de 1964, protegido por três grandes umbelas, à frente de um cortejo em tudo parecido com o desfile dos maracatus nas ruas do Recife.

As ashantes, segundo informa em depoimento pessoal o pesquisador Hélio Moura, da Fundação Joaquim Nabuco e com estágio em Angola, pertencem aos povos Akan de Gana e ocupam a metade do país. Os Akan falam dialetos bem parecidos entre si, conhecidos pelo nome genérico de Tki, que é uma língua sudanesa da subfamília Kwa. O dialeto falado pelos ashante é o Ashan. Depois que Gana tornou-se independente em 1957 foi criada a região Bong' Ahaso, com base nas terras ashantes a capital desta região é a cidade de Kumasi.

O CORTEJO É CHAMADO DE MARACATU

Como já vimos, na primeira metade do século XIX os cortejos dos soberanos negros, trazendo os seus reis e rainhas, não saíam no período do carnaval, mas tão somente por ocasião de suas festas religiosas ou em ocasiões outras como o embarque de africanos libertos de volta à mãe África. A presença de “*batuque do Rei do Congo*” no carnaval do Recife só vem a ser registrada a partir do final dos anos cinquenta do século XIX.

No início da segunda metade do século XIX começam a ser registrada na imprensa do Recife, de forma esparsa, a presença do Rei do Congo nos festejos carnavalescos, conforme alusão do noticiário do *Jornal do Recife* de 12 de março de 1859 – “também não faltou o célebre bumba-meu-boi, o apreciável fandango e a cena do Rei do Congo”–; no ano seguinte, em sua edição de 25 de fevereiro, o mesmo jornal nos dá notícia do “*batuque do Rei do Congo e do clássico bumba-meu-boi*”. Ainda no *Jornal do Recife*, na edição carnavalesca de 4 de março de 1862, há uma alusão ao “*cediço bumba-meu-boi, os repugnantes negros fugidos e as africanas cenas do Rei do Congo e seu séquito*, foi o que se viu passar pelas ruas desta cidade”.

Com a abolição da escravatura negra, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, a figura do Rei do Congo – *Muchino Riá Congo* – perdeu a sua razão de ser. Os cortejos dos reis negros já presentes no carnaval, por sua vez, passaram a ter como chefe temporal e espiritual os babalorixás dos terreiros do culto nagô e vieram a se fazer presentes no carnaval do Recife. Em sua nova forma, o antigo cortejo do Rei do Congo veio ser chamado, pela imprensa de então, de *maracatu*, particularmente quando a notícia

tinha conotação policial, como a divulgada pelo *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 26 de fevereiro de 1889:

Revista Diária. Maracatu Porto Rico – Na Praça Pedro I, da paróquia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, deu-se anteontem um conflito entre os sócios do Maracatu Porto Rico, quando este fazia um ensaio. Ao que parece o conflito foi motivado por uma praça do 14º Batalhão, pois que cerca de 60 homens, armados de facas e cacetes, rebelaram-se contra a dita praça, que ferida tratara de fugir, quando ali compareceu o subdelegado da paróquia. Esta autoridade conseguiu prender seis dos tais desordeiros, inclusive o ofensor da praça, que foi vistoriada pelo Sr. Dr. José de Souza.

Ainda nos nossos dias, o que se depreende do depoimento do presidente da Nação do Leão Coroado, Luiz de França, atualmente com 95 anos, “para conversar pouco, só digo que o *maracatu* é da seita africana”. (*Diário de Pernambuco*, 14 de janeiro de 1996).

A mais tocante descrição de um maracatu carnavalesco do início do século vem de Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) que, em 1908, assim relata o cortejo no seu *Folk-Lore Pernambuco*:

Rompe o préstito um estandarte ladeado por arqueiros, seguindo-se em alas dois cordões de mulheres lindamente ataviadas, com os seus turbantes ornados de fitas de cores variegadas, espelinhos e outros enfeites, figurando no meio desses cordões vários personagens, entre os quais os que conduzem os fetiches religiosos, – galo de madeira, um jacaré empalhado e uma boneca de vestes brancas com manto azul –; e logo após, formados em linha, figuram os dignitários da corte, fechando o préstito o rei e a rainha.

Estes dois personagens, ostentando as insígnias da realeza, como coroas, cetros e compridos mantos sustidos por caudatários, marcham sob uma grande umbelã e guardados por arqueiros.

No coice vêm os instrumentos: tambores, buzinas e outros de feição africana, que acompanham os cantos de marcha e danças diversas com um estrépito horri-vel.

*Aruenda qui tenda, tenda,
Aruenda qui tenda, tenda
Aruenda de totororó.*

O autor chama a atenção do leitor para o passeio do Maracatu Cabinda Velha:

... desfraldando um rico estandarte de veludo bordado a ouro, como eram igualmente a umbela e as vestes dos reis e dignitários da corte, usando todos eles luvas de pelica branca e finíssimos calçados. Os vestuários dos arqueiros, porta-estandarte e demais figuras eram de finos tecidos e convenientemente arranjados, sobressaindo os das mulheres, trajando saia de seda ou veludo de cores diversas, com a suas camisas alvíssimas, de custosos talhos de labirintos, rendas ou bordados, vistosos e finíssimos; e pendentos do pescoço, em numerosas voltas, compridos fios de miçangas que, do mesmo modo, ornavam-lhes os pulsos. Toda a comitiva marchava descalça, à exceção do rei, da rainha e dos dignitários da corte (grifo nosso), que usavam de calçados finos e de fantasia, de acordo com os seus vestuários. Para as exposições do maracatu, organizavam-se associações, cujas sedes, pelo carnaval, ornamentavam-se com esmero; armavam-se no salão um trono com dossel para assento dos monarcas, e em lauta mesa, repleta de iguarias e bebidas, tinham assento não somente os membros da sociedade, como também, e preferencialmente, os seus convidados, entre os quais, não raro, figuravam mesmo pessoas de distinção.

E concluindo, afirma Pereira da Costa:

Quando o préstito saía, à tarde, recebia as saudações de uma salva de bombas reais, seguida de grande foguetearia, saudações essas que eram de novo prestadas no ato do seu recolhimento, renovando-se e continuando as danças até o amanhecer, e assim, em ruidosas festas e no meio de todas as expansões de alegria, deslizavam-se os três dias do Carnaval.

A NAÇÃO DO ELEFANTE

O mais famoso dos nossos maracatus, a Nação do Elefante, teve por muitos anos como rainha Maria Júlia do Nascimento, reverenciada por todos a quem chamavam de Dona Santa. Pesquisado pelo maestro Guerra-Peixe, in *Maracatus do Recife*, o Elefante teria sua origem na corte do Rei Congo, D. Domingos Marques de Araújo, primeiro rei eleito da paróquia da Boa Vista em 6 de abril de 1801. Foi no Elefante que reinou Maria Júlia do Nascimento, filha de africanos nascida no Recife em 25 de março de 1877, precisamente no Pátio de Santa Cruz, cedo coroada rainha do Maracatu Leão Coroado, sendo tratada pelo apelido de “Santa” ou “Santinha”. Casou-se com João Vitorino, então Rei do Maracatu Elefante, transferindo-se para este, na qualidade de rainha. Ficando viúva, em 1928, permaneceu como rainha, sem ser oficialmente coroada, que só se deu em 27 de fevereiro de 1947, ficando no trono até o seu falecimento, em 5 de outubro de 1962, quando se extinguiu a Nação do Elefante, cujo acervo faz parte hoje do Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco.

Informa Guerra-Peixe que, na sua melhor fase (1928), o Elefante estava assim constituído:

Rainha, rei, dama-de-honra da rainha, dama-de-honra do rei, princesa, príncipe, dama-de-honra do ministro, ministro, dama-de-honra do embaixador, embaixador, duquesa, duque, condessa, conde, quatro vassallos, três calungas (Dom Luiz, Dona Leopoldina, Dona Emilia), três damas-de-paço (que portavam as bonecas durante o desfile do maracatu), porta-estandarte (embaixador), escravo, figuras do tigre e do ele-

fante, guarda-coroa, corneteiro, baliza, lanceiros (treze meninos), brasabundo (uma espécie de guarda-costa do grupo), batuqueiros (quinze músicos), caboclos (20) e baianas (20), importando o cortejo em cerca de 150 pessoas.⁵

Em 1952, quando da realização da pesquisa, o mesmo musicólogo só encontrou no cortejo do Elefante um rei (Antonio, afilhado da rainha), a rainha Dona Santa, dama-de-honra do rei, dama-de-honra da rainha, príncipe, princesa, três calungas (das quais só saíam duas), porta-estandarte, embaixador, escravo, as figuras do tigre e do elefante, damas-de-frente (oito), batuqueiros (nove), caboclos (oito) e baianas (oito). Estava o maracatu reduzido à metade!

Segue embaixadô me amostra o siná

A nossa bandêra é nacioná

Segue embaixadô me amostra o siná

A nossa bandêra é nacioná

Eu vou pra Luanda

Buscá miçanga pra saramuná

Eu vou pra Luanda

Buscá miçanga pra saramuná

A orquestra de um maracatu nação é formada tão-somente por instrumentos de percussão, ao contrário dos maracatus de orquestra, que quase sempre têm trombone e outros instrumentos de sopro no seu conjunto.

Seu toque é assim descrito por Guerra-Peixe:

O tarol anuncia levemente um esquema ritmo bem simples, rufado e intercalado de pausas; quase no mesmo instante, o gonguê assinala a sua rítmica característica; a seguir, dão entrada as caixas-de-guerra. Por essa altura, o tarol já passou do esquema inicial às variações. Daí, prosseguem as entradas dos zabumbas:

5. GUERRA-PEIXE, César. *Maracatus do Recife...* Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação de Cultura do Recife; São Paulo: Irmãos Vitale, 1981. 172 p. il. (Coleção Recife, vol. 14).

marcante destaca os batuques violentos e espaçados; o meião, pouco depois, segue o toque do marcante; e, conjuntamente, ressoam os repiques, aumentando enormemente a intensidade do conjunto. Revela notar que mais ou menos contemporaneamente à entrada dos últimos, as baianas respondem em coro. À repetição coral, os zabumbas fazem variações, as quais cessam cada vez que a rainha [ou diretor, no caso do Leão Coroado] canta o solo. Novamente à volta do coro, repetem-se as variações, enquanto a intensidade se torna cada vez mais forte e o andamento vai sendo acelerado, tudo concorrendo para subjugar as vozes das baianas. Alcançando o clímax musical, o toque permanece algum tempo na polirritmia cada vez mais violenta, quando, sobressaindo-se a tudo, se ouve o apito da rainha [ou responsável pelo conjunto], advertindo o próximo fim de música. Baianas e músicos ficam atentos e, à repetição do apito – seja em que momento tenha coincidido no decorrer da execução – os batuqueiros aguardam o próximo ictus do motivo rítmico e, subitamente, todo o conjunto estaca e, num preciso e intensíssimo baque surdo, pára o toque.⁶

Aqui dentro desta sede

Onde Elefante brincô

Palácio de rei

(bis)

É casa de governadô

A orquestra de um maracatu nação é quase sempre formada por um gonguê, um tarol, duas caixas-de-guerra e nove bombos, exceção do Maracatu Estrela Brilhante que traz na sua orquestra um ganzá, podendo o número de zabumbas variar de acordo com as posses do contratante.

Inspirado na temática musical do maracatu, compositores eruditos, como Guerra-Peixe, Marlos Nobre, Mário Guedes Peixoto, Ernesto Mahle, Carlos Alberto Pinto Fonseca, vêm realizando notá-

6. GUERRA-PEIXE, César. *Maracatus do Recife...* OP. cit.

veis criações de peças musicais para orquestra e arranjos para canto coral. O mesmo acontece no âmbito da música popular, onde compositores como Capiba (Lourenço da Fonseca Barbosa), Irmãos Valença, Ascenso Ferreira, Miro Oliveira, Sebastião Lopes levaram o ritmo e a dança dos maracatus do Recife aos salões, por vezes com notáveis arranjos orquestrais; a exemplo dos maracatus de Capiba, com orquestrações de Guerra-Peixe, gravados pelos Titulares do Ritmo.⁷

Com o aparecimento do Frevança – Encontro Nacional do Frevo e do Maracatu –, criado por nós a partir de 1979, o maracatu ganhou novos apreciadores, chegando a ser a música mais votada de todo o festival, revelando compositores como Ademir Araújo, Marcelo Varela, Antônio Carlos Nóbrega, Dimas Sedícias, Edson Rodrigues, Antônio José Madureira, dentre outros.

CALUNGAS DE ANGOLA E DO RECIFE

O embaixador Alberto da Costa e Silva, que por muitos anos serviu na Embaixada do Brasil em Lisboa, ao escrever o seu livro *A Enxada e a Lança – A África antes dos portugueses*⁸, veio revelar aspectos vários ligados a manifestações brasileiras de origem africana. No seu livro, todas as suas etnias antes dos Descobrimentos, aparecem aos olhos do leitor interessado em tão fascinantes temas, hoje presentes em nosso mundo contemporâneo. Nas suas 768 páginas, o livro estuda cada uma das regiões com os seus respectivos costumes, lendas e tradições, bem como os vários povos que ali habitavam.

De especial interesse para nós, que há tantos anos estudamos a Instituição dos Reis do Congo e sua presença nos maracatus do Recife, é a forte influência do culto da *Calunga* entre os ambundos de Angola, guardada como objeto sagrado e poderoso pelos cabeças de certas linhagens.⁹

No seu *Dicionário Kimbundo-Português*¹⁰, A. de Assis Júnior define o adjetivo *kalúnga* por “Eminente.; Insigne; tratamento equivalente a Excelência; Eminência; Senhor; Fidalgo que tem honras de grandeza; pessoa de alta jerarquia. Grande. Incomensurável. Infini-

7. Sedução do Norte – LP-RGE, XLRP – 5025/1958.

8. SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança – A África antes dos portugueses*. Rio: Nova Fronteira, 1992.

9. SILVA, Leonardo Dantas. *Estudos sobre a escravidão negra* vol. 2. Op. Cit.

10. ASSIS-JÚNIOR, A de. *Dicionário Kimbundo-Português – lingüístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos & Cia. Ltda., s/d.

to”. Como substantivo, *kalúnga*: “massa líquida que circunda os continentes, o Oceano”. Na Mitologia, *kalúnga* seria “Deus”; na sua acepção “– ‘*a-ngombe*”, seria o “Deus da Morte; a própria Morte; o Além; a Eternidade; uma das três deusas que fiavam e cortavam o fio da vida”; na acepção de “– *Samba*”, seria o “Deus da família, da vida; o maior dos Deuses”.

Explica Alberto da Costa e Silva:

Segundo a lenda, o herói civilizador ambundo, Angola Inene, teria trazido de terras do nordeste ou, conforme outras versões, do mar, as lungas (ou malungas, que é plural em quimbundo da palavra). Esta última origem seria o resultado de interpolação européia, do traduzir equivocado de Calunga, “as grandes águas”, por oceano Atlântico, e contrasta com o papel agrário da escultura de madeira, ligada aos ritos de chamar a chuva e da fertilidade. As “grandes águas” podem ter sido um dos afluentes do Zaire ou qualquer outro lago ou rio. Os europeus além disso, interpretaram Calunga como uma alta divindade e talvez tenham contagiado com este novo conceito as crenças abundas. (...) A Calunga tornou-se assim, e desde há bastante tempo – a contar do fim do século XIII? –, fonte de poder político e de uma organização social fundada na terra, num sítio preciso, e não apenas na estrutura de parentesco. Muito embora tenha sido depois suplantada, em quase toda parte, por novos símbolos da centralização estatal, persistiu como emblema dominante no baixo Lui e ligada ao nome de numerosos ancestrais e fundadores de reinos, bem como aos títulos de vários sobas. Entre os cubas houve um Calunga; Calala Ilunga foi o herói civilizador dos lubas; os quiocos possuem um Calunga entre os seus maiores; os povos do sul do lago Maláuu dizem que Calunga lhes trouxe as novas instituições; a palavra aplica-se entre os lundas, ao senhor, ao chefe, ao rei, e entre os congos, era, a um só tempo, o título mais comum dos quitomes, uma grande extensão de água e a vasta corrente mítica a separar as duas montanhas que formavam o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. A boneca, com o seu nome, atravessou o Atlântico e sobrevive nos maracatus brasileiros.

Cada lunga vivia num determinado curso d'água. E era guardada por uma linhagem, cujo chefe conhecia o segredo da comunicação com as forças espirituais que a boneca continha. Essa linhagem sobrepunha-se às demais e seu cabeça possuía autoridade territorial sobre toda a área banhada pelo riacho ou pedaço de rio onde morava a lunga. Era ele quem alocava as terras a novas famílias que para ali quisessem mudar-se e, paulatinamente, senhor das chuvas e da fertilidade da terra, passou a receber tributos e a concentrar riqueza e poder. Estabeleceu-se também uma hierarquia entre vários guardiães de calungas: o custódio de estatueta do rio principal era mais importante do que o dos riachos tributários, a graduação da autoridade fazendo-se conforme a hidrografia.

No Recife a *Calunga*, também chamada de *boneca*, se liga ao cortejo das nações africanas, do qual se originou o nosso maracatu, segundo esclarece a mesma fonte: “Mantendo-se em segredo, os vínculos entre grupos abundos, num segredo auxiliado pelo ignorância dos senhores de escravos, tinham os chefes vendidos [escravos] de mostrar a fonte do seu poder – e já agora também penhor de unidade do grupo ao Brasil –, a *calunga*”.

Até os nossos dias a *calunga* faz parte do ritual do maracatu, encarnando nos seus *axés* as forças dos antepassados do grupo. Em sua honra é cantada a primeira toada do maracatu – ainda dentro da sede quando a *calunga* passa das mãos da rainha para outras mãos, cada qual dançando um pouco com a *calunga*, antes de passá-la adiante –, sendo levada às ruas pela dama-do-paço (uma espécie de conselheira segunda pessoa da rainha) e em sua honra é também cantada a última toada, quando o préstito se recolhe à sede.

As *calungas*, quase sempre de madeira escura, podem ser de um ou outro sexo, muito embora sejam sempre tratadas no feminino, representando, por vezes, ascendentes africanos ou pessoas ligadas à história do próprio grupo. No caso excepcional, uma *calunga* tem o seu nome ligado a um membro da Família Real Brasileira: Dona Isabel, do Maracatu Leão Coroado, homenageia a Princesa Isabel que, em 13 de maio de 1888, assinou a Lei Áurea extinguindo a escravidão negra no Brasil.

São designadas pelos nomes de iniciação em cada grupo: Dona Emília, Dona Leopoldina e Dom Luís no Maracatu Elefante; Dona Clara e Dona Isabel, no Maracatu Leão Coroado; Dona Joventina, no Maracatu Estrela Brilhante; Dona Inês e Dona Júlia, no Maracatu Porto Rico, esta última uma homenagem a D. Santa que fora rainha do Maracatu Elefante.

Sobre o assunto, informa Guerra-Peixe, no seu *Maracatus do Recife*.

Das bonecas [calungas] do Elefante, Dona Emília parece ser a que recebe maiores atenções. Dedicada a ela há ocasião para a dança especial, quando passa pelas mãos de todas as baianas do cortejo; a ela são consagrados os cânticos mais "fortes", é essa a principal boneca levada à porta da igreja de N.S. do Rosário [dos Homens Pretos de Santo Antônio]; com ela o Maracatu Elefante dança diante dos terreiros visitados. E é nas canções oferecidas a Dona Emília que os músicos executam o ritmo "de Luanda" — o toque "para salvar os mortos", os "eguns", como dizem. À mesma calunga, finalmente cabem as designações: "Princesa Dona Emília", "Princesa Diamante" e "Princesa Pernambucana", indiferentemente.

Dom Luís "representa um rei africano", sendo por isso considerado como "rei do Congo", circunstância por que é nomeado de uma ou outra forma.

O certo, porém, é que as calungas, quaisquer delas, como bonecas que "representam" os ancestrais africanos, é um registro repetido em diversos maracatus tradicionais.

Os ascendentes africanos ou não, invocados nas bonecas, constituem um ponto que carece ser estudado por pessoa credenciada como frisamos antes. Avançando, porém, um pouco nessas questões, seria oportuno perguntar se: "Princesa Pernambucana" não é uma reinterpretação originada dos problemas dos escravos? — diante das reprimendas às suas recordações oportunas, lembradas por Pereira da Costa. Tal como

se verificou no panteão afro-brasileiro – originando as identificações dos orixás com os santos católicos, já em parte assinaladas pelos estudiosos – talvez o mesmo ocorresse com as calungas. As informações sobre Dom Luís – “um rei africano” e “rei do Congo” – parecem resultar de reminiscências da instituição do Rei do Congo estabelecida entre nós. Vejamos os dizeres de um cântico:

*A bandêra é brasilêra
Nosso rei veio de Luanda
Ôi, viva Dona Emília
Princesa Pernambucana*

Nas vestimentas das calungas predomina o branco, a cor simbólica ou aledá de Orixalá, no panteão afro-recifense. Esse elemento concorda com o que apontamos sobre o principal totem do Maracatu, o elefante “o primeiro animal que Orixalá montou.”¹¹

Quando das chuvas que inundaram o Recife em julho de 1975, provocando deslizamentos de barreiras nos morros da zona norte, no Córrego do Cotó, em Água Fria, o velho Luiz de França, principal responsável pelo Maracatu Leão Coroado, nascido em 1900, mas que nunca quis ser o rei daquele grupo, saiu de casa apenas com as calungas – Dona Clara e Dona Isabel – , não se importando com os comentários dos curiosos que, não entendendo o significado do seu gesto, censuravam “o velho que dormia agarrado com duas calungas de maracatu”.

Com a morte de Dona Santa, em 1962, a original Nação do Elefante deixou de desfilar, e suas três calungas, juntamente com outros pertences, estão hoje recolhidos ao Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

Naquele ambiente convencional de museu, restam as lembranças daquela boneca que, empunhada pela dama-do-paço, vinha às ruas do Recife mostrar a força da nação do Elefante ao som dessas loas:

11. GUERRA-PEIXE, César. Op. cit.

Princesa Dona Emília
 Pra onde vai? – Vou passeá
 Eu vou para Luanda
 Vou quebrar saramuná.
 Eu vou, eu vou
 Eu vou para machá
 Eu vou para Luanda
 Eu vou para Luanda
 Vou quebrá saramuná.

A boneca é de sê!
 É de seda e madeira
 A boneca é de sê!
 É de seda e madeira.
 A boneca é de sê!
 É de seda e madeira.

RESSURGIMENTO DOS MARACATUS

Enquanto o maracatu, como gênero musical, crescia nos festivais recifenses de música popular, ganhando apreciadores e novos compositores, chegou-se a temer, até bem recentemente, por seu futuro em terras pernambucanas.

Vaticinava Francisco Augusto Pereira da Costa em seu *Folk-Lore Pernambucano*, publicado em 1908:

Se o maracatu, prestes a extinguir-se pelo arrefecimento, uma vez que não existem mais africanos, e os seus descendentes procuram de preferência imitar a sociedade de gente branca, celebrando as suas festas íntimas com reuniões dançantes segundo os moldes usados; se o maracatu, portanto, já rareando, modestamente aparece somente nas folias carnavalescas, época houve, e bem próxima ainda, em que se exhibia em número avultado, mais ou menos bem organizados, ostentando mesmo algumas aparatosas galas e com um luxo, que o seu arranjo complexo representava, relativamente, avultada quantia.

Katarina Real, que pesquisou o carnaval do Recife entre 1961-1966, teve a mesma opinião, com respeito ao fim do maracatu em terras recifenses. Em 1967, quando da primeira edição do seu *O folclore no Carnaval do Recife*, apresenta como causas a miscigenação progressiva no fenótipo da gente brasileira, com o natural branqueamento e o desaparecimento do negro puro e dos reais valores culturais oriundos da mãe África. Os cultos africanos de Xangô vão dando lugar aos rituais aculturados da umbanda; desapareceram os “pretos velhos” e as “pretas da costa”, responsáveis pela transmissão oral de uma cultura herdada das “terras do lado de lá”, o maracatu vai perdendo o seu caráter religioso, para se transformar num clube carnavalesco.

Sobre o assunto, depois de referir-se ao desaparecimento de Maria Júlia do Nascimento, em 1962, conhecia popularmente como “Dona Santa” e cultuada pela gente humilde com o doce tratamento de “Minha Madrinha”, Katarina Real conclui:

*O enfraquecimento atual das Nações (maracatus) deve-se em grande parte ao desmoronamento destas duas pedras fundamentais: 1 – o orgulho numa herança cultural mais ou menos estritamente africana e 2 – a desintegração do matriarcado afro-brasileiro. [...]. Mesmo chegando o triste dia de desaparecer do Recife a última velha “Nação”, para uma considerável maioria dos pernambucanos de todas as classes sociais, o Maracatu continuará a ser uma emoção, um sentimento, um motivo de vibração. Os intelectuais, os jornalistas, a classe média, e o povo em geral – todos sentem o Maracatu peculiarmente seu. Ser pernambucano é sentir o Maracatu.*¹²

Em 1989, ao reencontrar-se com os Maracatus Nação, durante o Carnaval do Recife, tal não foi o espanto da pesquisadora ao constatar que estavam erradas as suas previsões. Na ocasião constatou o renascimento da *Nação do Elefante*, de volta às ruas do Recife desde 1986; o retorno da *Nação Porto Rico do Oriente*, que por morte do seu rei José Eudes das Chagas, em 1978, havia passado dois anos sem sair no carnaval, além do aparecimento da *Nação Encanto do Pina*,

12. REAL, Katarina. *O folclore no Carnaval do Recife*. Rio: MEC; Campanha de Defesa do Folclore, 1967. 160 p. il.

formada por uma ala mais tradicional da *Nação do Porto Rico do Oriente*; além do aparecimento do *Maracatu Nação Pernambuco*, formado por jovens universitários.

Naquele Carnaval, para surpresa de Katarina Real, algumas nações, a exemplo do que vem acontecendo há alguns anos, desfilarão com maior pompa do que nos anos de 1968, quando interrompeu sua pesquisa. As Nações renascidas, *Porto Rico do Oriente* e do *Elefante*, só para salientar essas duas, saíram, a primeira com cerca de 400 figurantes, relembrando os antigos préstitos de coroação dos Reis do Congo no Recife.

Indiferentes a tudo, as seculares nações vêm às ruas na segunda-feira de carnaval (até recentemente vinham também na terça-feira), e fizeram as suas reverências no adro da Igreja de Nossa Senhora do terço, no bairro de São José, ou de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no bairro de Santo Antônio, onde entoam os cânticos para os seus mortos (*eguns*), e seguem pelas ruas afora com o estandarte no ar, umbela girando, rei e rainha com porte de realeza, damas-do-paço mostrando as calungas, damas-de-frente portando buquês de flores, lanceiros abrindo espaço na multidão, meninos carregando lampiões ou puxando a carroça com o animal símbolo da nação, baianas com um ginga própria dos terreiros de xangô e um jogo de braços característicos da dança molenga, caboclos de pena fazendo complicados passos, como servissem de guia ao préstito, e no final uma orquestra de percussionistas com o seu baque virado.

Denominando-se de Nação do Elefante (1800), Nação do Leão Coroado (1863), Nação da Estrela Brilhante (1910), Nação do Indiano (1949), Nação Porto Rico (1915), Nação Cambinda Estrela (1953), Nação Pernambuco, além de outros grupos que surgiram mais recentemente, mantendo a tradição africana dos nossos antepassados.

Segue embaixadô me mostre o siná
A nossa bandêra é nacioná
Segue embaixadô me mostra o siná
A nossa bandêra é nacioná

Eu vou pra Luanda
Buscá miçanga pra saramuná
Eu vou pra Luanda
Buscá miçanga pra saramuná